

UFRGS

Faculdade de Ciências Econômicas

Biblioteca Cladis W. do Amaral

Seção de Periódicos

Data

2/Jan./1992

NRB 114263-7

As privatizações e a miséria da ideologia

Pedro Cezar Dutra Fonseca

N.º 86 - Novembro-Dezembro/91

Embora em parte inevitável, a ideologização do debate sobre privatização peca por seu excesso, num tema em que o pragmatismo deveria preponderar. Em pouco tempo, dividimo-nos entre "privatistas" e "estatistas" - estes mais tímidos, aqueles mais autoconfiantes - trazendo a lume uma polarização há muito vetusta na maior parte do mundo civilizado.

Explica-se a timidez dos "estatistas" menos pela chamada crise do socialismo real que pela real incapacidade de o Estado, nas circunstâncias atuais, alavancar novo ciclo expansivo, por razões diversas bem conhecidas (altos estoques das dívidas interna e externa, alto custo de rolagem, inflação, baixa carga tributária líquida etc.). Já a autoconfiança dos "privatistas" hesita entre a firme convicção dos vencedores e a segurança dos que têm respostas simples para pro-

blemas complexos. Em ambos os casos, o pecado é o mesmo dos dogmáticos: a ausência de dúvida.

Há razões de várias ordens que tornam as privatizações aconselháveis e necessárias. Internamente, o fim do modelo substitutivo de importações, a exigir redefinição do papel do Estado na economia, superação de formas tradicionais de intervenção, reforço da tecnologia e da concorrência como molas-mestras da dinâmica capitalista. Se este aspecto é consenso na obra de grandes clássicos, de Marshall e Schumpeter, de Marx e Keynes, não era o caso do modelo substitutivo, cuja lógica impunha produzir internamente os produtos anteriormente importados, fosse qual fosse a tecnologia. A concorrência internacional era secundária para a maioria dos setores e ramos da indústria voltada para o mercado doméstico. Estes condicionantes internos aliam-se, hoje, às mudanças das técnicas de produção a nível internacional, com a difusão da automação flexível e do conhecimento e da informação como fatores indispensáveis à produção.

Se tudo isto faz pender a balança para os "privatistas", emprestando sentido e fundamento às suas convicções, disso não pode decorrer que o programa de privatizações ora em execução porte mais virtudes que defeitos, e mereça mais elogios que críticas. Dentre estas, a questão das "moedas podres" é de alta relevância, pois se trata de moedas para venda que não têm correspondente poder de compra, o que impede que as somas arrecadadas sejam utilizadas em outros programas, como o próprio Fundo de Desenvolvimento Social instituído pelo governo.

Mais grave, todavia, é que as privatizações ocorrem sem vínculo a nenhum projeto de longo prazo para o país. Nem mesmo o decantado neoliberalismo consubstancia-se em projeto efetivo, para o que se fazem mister propostas e metas claras, objetivos delineados e agentes sociais aptos e dispostos a encampá-lo. O neoliberalismo restringe-se a discurso, e cada vez menos do governo, aparecendo em vozes isoladas de segmentos do setor privado. O intervencionismo que acompanhou a industrialização brasileira de 1930 a 1980 possuía sentido e razões bem precisas; por que privatizar e para onde vamos com as privatizações são perguntas cujas respostas ainda estão no ar, pois soltas, ou seja, sem vínculo algum com outras diretrizes e ações governamentais.

A ausência de respostas pragmáticas e concatenadas com planos de longo prazo é, desde logo, preenchida pelo discurso que enfatiza o privatizar por privatizar, e a ideologia mais uma vez reina soberana, tanto quanto o mercado numa situação paradoxal, em que justamente os dois países industrializados que conheceram taxas mais expressivas de crescimento e de desenvolvimento tecnológico nos anos 80 -

*Pedro Cezar Dutra Fonseca,
professor da UFRGS e conselheiro
do Corecon-RS.*

Japão e Itália - foram dos únicos a resistirem ao receituário inglês e norte-americano de neoliberalismo. Mas, mesmo nestes dois últimos, o compromisso, pelo menos verbal, dos governantes era com o crescimento: as privatizações e corte de impostos eram entendidos como pré-requisitos a novo ciclo expansivo e associavam-se à necessidade de renovar tecnologicamente o parque industrial daqueles países, jamais destruí-lo. No Brasil, o caso é mais grave, pois a economia está estagnada há mais de uma década e sem perspectivas de ingressar nos novos setores estratégicos - bioenergética, petroquímica de ponta, aeroespacial, nuclear, informática, microeletrônica - com o Estado virado de costas para eles. Sempre haverá, queiramos ou não, setores que exigem concentração de capital, altos riscos e baixos retornos; mudam os setores e a questão, antes de caducar, reatualiza-se. As privatizações, por isso, só teriam sentido se inseridas no mínimo numa política industrial. A miséria da ideologia privatista tornou-as fim em si mesmas, pelo que nem os famosos dólares que viriam com elas apareceram até agora, nem se constituem forma de combate ao déficit público nem significam afastar o Estado de atividades que não lhe cabem, para se voltar à resolução dos problemas sociais do país. E continuamos com nossa social-democracia às avessas: elites protegidas e dispensadas da concorrência, enquanto as demandas sociais se avolumam e a concorrência é bem conhecida de toda a população: concorre-se no mercado de trabalho, no acesso ao transporte, à educação, à saúde, à habitação.

Em síntese: se as privatizações são aconselháveis e necessárias frente às mudanças econômicas nacionais e internacionais da última década, só podemos definir como, quando e onde fazê-las se soubermos em que projeto se inserem, o qual lhe emprestará racionalidade e razão de ser. Até lá, caberá indagar: privatizar para quê? ■